



“NEGRO, EU?”: identidade negra, territórios e discussões étnico-raciais nas escolas na periferia de João Pessoa

Ewennye Rhoze Augusto Lima¹

Laísa Fernanda Santos de Farias²

John Kennedy da Silva Luiz³

Resumo: O projeto que dá título a este Artigo propõe uma reflexão crítica sobre as múltiplas perspectivas de pertencimentos étnico-raciais vivenciados por turmas de 8º anos do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Presidente João Pessoa, situada no bairro das Indústrias, periferia da capital da Paraíba, João Pessoa. A proposta pedagógica tem por foco central investigar de que maneira estudantes reconhecem – ou silenciam – as identidades raciais, a partir de vivências de seus cotidianos, tensionando construções de negritude e de branquitude no contexto escolar. Para tanto, recorreremos ao Ensino de História sobre as questões raciais e afrodescendentes para produzir vivências significativas através das artes, pelas experiências cotidianas e por pensamento crítico como potência para transformar consciências, territórios e futuros diversos.

Palavras-chave: Ensino de História. Identidades Negras. Ensino Fundamental II.

"BLACK, ME?": Black identity, territories, and ethnic-racial discussions in schools on the outskirts of João Pessoa.

Abstract: The Project that gives this article its title proposes a critical reflection on the multiple perspectives of ethnic-racial belonging experienced by 8th-grade classes in the second cycle of elementary school at the Presidente João Pessoa Municipal School, located in the Bairro das Indústrias, on the outskirts of João

¹ Mestra em História e Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Prefeitura Municipal de João Pessoa e de Pitimbu (PB). E-mail: ewennye.ralima@professor.joaopessoa.pb.gov.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB). E-mail: laisa.fsfarias@professor.joaopessoa.pb.gov.br.

³ Especialista em Linguagens e Tecnologias e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB). E-mail: john.ks luiz@professor.joaopessoa.pb.gov.br.



Pessoa, the capital of Paraíba. The pedagogical proposal focuses on investigating how students recognize – or silence – racial identities, based on their daily experiences, challenging constructions of blackness and whiteness in the school context. To this end, we use the teaching of History on racial and Afro-descendant issues to produce meaningful experiences through the arts, everyday experiences, and critical thinking as a power to transform consciousness, territories, and diverse futures.

Keywords: History Teaching. Black Identities. Middle School (grades 6-9).

“¿NEGRO, YO?”: Identidad negra, territorios y discusiones étnico-raciales en escuelas de la periferia de João Pessoa.

Resumen: El proyecto que da título a este artículo propone una reflexión crítica sobre las múltiples perspectivas de la pertenencia étnico-racial que viven los alumnos de octavo grado del segundo ciclo de primaria de la Escuela Municipal Presidente João Pessoa, ubicada en el Bairro das Indústrias, en las afueras de João Pessoa, capital de Paraíba. La propuesta pedagógica se centra en investigar cómo los estudiantes reconocen – o silencian – las identidades raciales a partir de sus experiencias cotidianas, cuestionando las construcciones de negritud y blancura en el contexto escolar. Para ello, utilizamos la enseñanza de la Historia sobre cuestiones raciales y afrodescendientes para generar experiencias significativas a través de las artes, la cotidianidad y el pensamiento crítico como un motor para transformar la conciencia, los territorios y futuros diversos.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia. Identidades Negras. Educación Secundaria (grados 6-9).

Aspectos Introdutórios

O projeto intitulado “NEGRO, EU?": identidade negra, territórios e discussões étnico-raciais nas escolas na periferia de João Pessoa” propõe uma reflexão crítica sobre as múltiplas perspectivas dos pertencimentos étnico-raciais vivenciados pelas turmas dos 8º anos do Ensino Fundamental II da Escola



Municipal Presidente João Pessoa, situada no bairro das Indústrias, periferia do município de João Pessoa – Paraíba. A proposta pedagógica teve como foco central investigar de que maneira os (as) estudantes reconhecem – ou silenciam – suas identidades raciais, a partir de vivências cotidianas, tensionando as construções de negritude e de branquitude no contexto escolar. Essa abordagem se deu de forma interdisciplinar, com ênfase no ensino de História e suas articulações com as práticas sociais e culturais do território.

A escolha pela temática da identidade racial se fundamenta na compreensão de que a escola é um espaço privilegiado para diversos debates sobre as relações étnico-raciais, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da História e da Cultura Afro-Brasileira no currículo da Educação Básica. Segundo Gomes (2005), a escola precisa atuar como instância de resistência e de valorização das identidades negras, problematizando os processos de silenciamento, estigmatização e embranquecimento que foram historicamente impostos às populações afrodescendentes no Brasil.

As vivências escolares, especialmente em regiões periféricas, carregam uma carga étnico-racial bem complexa e atravessada por desigualdades estruturais. No caso do bairro das Indústrias, em João Pessoa, percebemos que essas questões se expressam com maior intensidade, isso em razão dos processos históricos de segregação urbana e racial que estruturam as cidades brasileiras e, mais em específico, na capital paraibana. Como aponta Ribeiro (2019), as populações negras e pobres são sistematicamente empurradas para fora dos centros urbanos, ocupando espaços de menor visibilidade política e econômica, o que repercute diretamente na construção de suas subjetividades e identidades sociais.

Nesse complexo contexto, as micro-comunidades do bairro das Indústrias revelam formais particulares de sociabilidade, baseadas na solidariedade



coletiva e cotidiana e em práticas culturais de resistência, como já observava Émile Durkheim [2007 (1893)] ao analisar os laços de coesão social nos grupos sociais. Além dessas questões, é importante ainda destacar que mesmo em situação de marginalização geográfica, econômica e simbólica, essas comunidades desenvolvem mecanismos próprios de pertencimento e valorização identitária. Com isso, foi nesse terreno fértil de significações que o projeto se efetivou, promovendo escuta, debate e reconhecimento.

Vale salientar que a pergunta-título “Negro, Eu?” surge como provocação fundamental, isto é, busca se questionar como os(as) jovens se percebem racialmente dentro de um país que, ao mesmo tempo em que celebra uma suposta democracia racial, perpetua o racismo estrutural (Gonzalez, 2020). A partir de atividades pedagógicas imbuídas de uma intencionalidade crítica, como rodas de conversa, análise de imagens, leituras e relatos orais, este projeto buscou fomentar a consciência étnico-racial dos(as) estudantes, incentivando-os(as) a reconhecerem suas histórias, suas ancestralidades e lugares sociais. Nessa perspectiva, nossa intenção foi reafirmar o papel da escola como espaço de disputa simbólica e de construção de novas narrativas identitárias, rompendo com os silêncios impostos pelo racismo cotidiano e institucional.

O Silenciamento da Negritude e os Processos de Branqueamento Simbólico

A discussão traçada nesse relato inicia-se a partir da análise do processo de finalização desta. Assim, ao adiantarmos o que conseguimos experienciar em sala de aula, deixamos claro para os(as) leitores(as) do que aqui escrito está, que esta foi uma atividade exitosa e que mais uma vez demonstra uma disparidade na forma como os(as) estudantes se enxergam e se sentem quanto ao pertencimento à sua etnia.

Mediante a isso, os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento do projeto revelaram um profundo silenciamento em torno da identidade negra entre os(as) estudantes. Muitos(as) deles(as) demonstraram dificuldade em se reconhecer como pessoas negras, ainda que seus traços fenotípicos – como a cor da pele, a textura do cabelo e os traços faciais – e suas histórias familiares apontassem com clareza para essa ancestralidade afrodescendente. Esse não-reconhecimento, em diversos casos, esteve diretamente relacionado à ausência de representatividade positiva nos materiais pedagógicos e nas práticas escolares, bem como à perpetuação de estigmas históricos e culturais que associam a negritude à inferioridade, ao perigo ou à marginalidade.

Historicamente, a construção do Brasil como nação se deu sobre a base da escravidão e da desumanização do povo negro. Conforme aponta Munanga (2003), a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial foram mecanismos usados para apagar as contribuições negras e legitimar a supremacia branca como modelo de humanidade e civilização. A produção imagética que associa a negritude a uma espécie de ser “outro” perigoso, indisciplinado ou hipersexualizado teve o aval de instituições como o Estado, a Igreja Católica e mesmo a ciência, que, durante muito tempo, validou pseudoteorias raciais para justificar a inferioridade das pessoas negras frente às brancas (GONZALEZ, 2020; SCHWARCZ, 1993).

Nesse contexto, ser uma pessoa negra, em muitos espaços, se torna quase um ato de resistência, pois ela é vista como uma heresia dentro de um modelo civilizatório eurocêntrico. Como afirma Fanon (2008), a população negra foi construída como uma antítese da branquitude: “o negro não é apenas diferente; ele é o negativo do branco”. Assim, ser negro passa a ser algo associado a atributos como maldade, malícia, hipersexualização, descontrole emocional ou feiura. A partir disso, querer “não ser negro” aparece como um

mecanismo psíquico de defesa – ou até mesmo de sobrevivência – em uma sociedade que sistematicamente inferioriza e estigmatiza essa identidade.

Esse processo de negação da própria negritude se manifesta no cotidiano escolar através de discursos e de práticas que naturalizam o branqueamento simbólico. A construção de si e o discurso sobre si mesmo foram frequentemente marcados por eufemismos como “moreno” ou “bronzado de sol”, expressões que evitam e negam a autodeclaração como pessoa negra. Como aponta Bento (2002), essa linguagem evidencia o racismo internalizado, que leva o sujeito negro a rejeitar sua aparência como forma de buscar aceitação social.

Nesta perspectiva, durante as atividades do projeto, uma das primeiras metodologias usadas foi a aplicação de um questionário de identificação. A partir daí, foi possível perceber o uso recorrente de termos como “cabelo bom” (em oposição a cabelos crespos e/ou afro) e “olho claro”, termos que atuam como marcadores de valorização estética, em contraponto a elementos associados à população negra. Outro aspecto significativo da pesquisa foi o constrangimento dos(as) estudantes ao classificar colegas, docentes e funcionários(as) como negros(as), brancos(as) ou pardos(as). Havia um visível embaraço em utilizar a palavra “negro(a)” para se referir a alguém, como se ela fosse ofensiva. Esse comportamento reforça o quanto o racismo atua de maneira subjetiva, criando o que Grada Kilomba (2019) chama de “racismo silenciado”, que habita os não-ditos e as hesitações cotidianas.

Os questionários de autodeclaração étnico-racial aplicados durante tal desenvolvimento deste projeto confirmaram essas observações: a maioria dos(as) alunos(as) marcou a opção “pardo”, mesmo quando apresentavam características fenotípicas visivelmente negras. As falas revelaram desconforto e, por vezes, negação diante da pergunta-título do projeto: “Negro, Eu?”. A reação evidencia o efeito de um racismo estrutural e institucional que nega a



identidade negra e inviabiliza seu reconhecimento como parte legítima da História, da Cultura e da Humanidade brasileira (CARNEIRO, 2005).

Contudo, as discussões e atividades promovidas no decorrer desse planejamento mostraram-se potentes no sentido de provocar questionamentos e estimular todo um processo de ressignificação identitária. A partir do reconhecimento da própria ancestralidade e da valorização das referências positivas da cultura negra, foi possível observar nos(as) estudantes os primeiros passos rumo a uma reconstrução de suas autoimagens, o que reforça o papel da escola como um espaço de construção de sujeitos críticos e conscientes de suas histórias.

Após essa aplicação desses questionários com os(as) alunos(as), partimos para as discussões presentes no próprio conteúdo do componente curricular de História, através das quais se possibilitou a promoção de diálogos significativos sobre o processo de branqueamento que a sociedade brasileira vivenciou entre os séculos XIX e XX, o período em que as pseudociências raciais ganharam força e passaram a orientar políticas públicas e ideologias sociais voltadas à eugenia, ao embranquecimento e à exclusão simbólica e material da população negra. Através dessas práticas, buscava-se transformar o Brasil em uma nação “civilizada”, isto é, moldada à imagem dos países europeus e da branquitude como o ideal de humanidade, progresso e ordem (SCHWARCZ, 1993; MUNANGA, 2003).

Para problematizar esse imaginário racista, trabalhamos com a análise da pintura “A Redenção de Cam” (1895), do artista Modesto Brocos, exposta no Congresso Universal das Raças em 1911. A obra retrata uma família composta por uma avó negra, mãe mestiça, pai branco e uma criança de pele clara, sendo a avó representada em atitude de agradecimento, como se a branquitude da neta fosse uma “redenção” do passado escravocrata. A análise dessa imagem permitiu que os(as) estudantes compreendessem a função simbólica da arte no

projeto de embranquecimento da população brasileira, como parte da ideologia racista de Estado. Segundo Schwarcz (1993), trata-se de uma representação visual do ideal de uma sociedade “mais branca e menos negra”, que estivesse articulada com as políticas de imigração e apagamento da presença negra no pós-abolição.

A expressão “obra branqueadora étnica no Brasil” foi amplamente discutida em sala de aula para definir as ideologias, políticas e práticas que visavam reduzir o número de pessoas negras no país, promovendo a imigração europeia como principal estratégia de “melhoria racial”. Como observa Skidmore (1994), o Estado brasileiro não apenas incentivou a entrada de imigrantes europeus, como também desestimulou a valorização e a reprodução das populações negras, propagando discursos de que sua presença era um “obstáculo ao progresso nacional”.

A partir da abolição da escravidão em 1888, as elites brancas brasileiras passaram a encarar a presença majoritária de pessoas negras e mestiças como um sério “problema social”. No contexto em questão, o ensino de História se mostrou fundamental e efetivo para desvelar as estruturas e narrativas silenciadas, permitindo que os(as) estudantes refletissem criticamente sobre os projetos de exclusão racial que moldaram o país. Como enfatiza Nilma Lino Gomes (2005), a sala de aula deve ser espaço de construção de identidades positivas, especialmente para os(as) estudantes negros(as), já que a sua subjetividade foi historicamente negada.

As vivências em sala de aula foram centrais para esse processo. Ao articular os conteúdos históricos com as realidades sociais e culturais dos(as) estudantes, foi possível mobilizar as suas experiências de vida, as suas memórias familiares e o seu pertencimento territorial como ferramentas pedagógicas. Essa abordagem, pautada na pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), permitiu que os (as) alunos(as) refletissem sobre os seus lugares de fala,



compreendendo-se dentro de uma História maior de resistência e de protagonismo negro.

Durante as discussões, surgiram questões profundas sobre identidade, sobre pertencimento e sobre representação. A pergunta provocativa “Negro, Eu?”, que inicialmente gerava o desconforto, o constrangimento ou a negação, foi ressignificada ao longo daquele processo. Ao se reconhecerem na História – não mais como coadjuvantes, mas como sujeitos históricos –, os(as) estudantes puderam iniciar todo um percurso de reconstrução de suas autoimagens.

Considerações Finais

A experiência pedagógica relatada evidencia a urgência de práticas educativas antirracistas e interdisciplinares, que enfrentem o racismo de forma direta e sistemática, rompendo com o silêncio curricular e institucional que ainda marca muitas escolas públicas brasileiras. Ao aproximar o ensino de História das experiências reais dos(as) estudantes, torna-se possível construir um espaço de escuta, diálogo e valorização das identidades negras.

Como destacou Grada Kilomba (2019), falar sobre racismo é romper com o pacto do silêncio e restituir a palavra a quem historicamente foi silenciado(a). A escola, nesse sentido, precisa deixar de ser reprodutora de desigualdades e se tornar um espaço de afirmação, onde ser negro não seja mais motivo de negação, vergonha ou invisibilidade. Ao final do projeto, a pergunta “Negro, Eu?” passou a ser compreendida como afirmação identitária, orgulho ancestral e posicionamento político.

Assim, reafirmamos que o ensino de História, quando atravessado por vivências significativas, pela arte, pelas experiências cotidianas e pelo pensamento crítico, tem a potência para transformar consciências, territórios e futuros diversos.



Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça como Questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [obra original publicada em 1893].

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Identidade Negra e Formação de Professores: possibilidades e desafios da Lei 10.639/03. *In*: JESUS, R. S. de (Org.). **Relações raciais e educação: desafios e perspectivas para a prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Recebido: 24/11/2025

Aceito: 06/03/2026